

Temas Livres

A percepção do Auxílio Brasil entre os beneficiários e o impacto nas eleições presidenciais de 2022

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.2.9>

 **Karla Regina Macena Pereira Patriota**

Doutora em doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Comunicação - PPGCOM da UFPE.

E-mail: karla.patriota@ufpe.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5502-354X>

197

RESUMO: Criado em abril de 2020, como resposta à crise causada pela COVID-19, o Auxílio Brasil, dois meses antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, foi elevado de R\$ 400,00 para R\$ 600,00, ao que parece, com o intuito de melhorar o desempenho do ex-Presidente Bolsonaro nas urnas, sobretudo entre a parcela mais vulnerável da população. Com o objetivo de entender quais foram os impactos desse benefício nas opiniões, expectativas, percepções e até nas intenções de voto, realizamos quatro Grupos de Discussão com homens e mulheres beneficiários no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador. Os resultados indicaram que, a despeito de terem muito apreciado o benefício ampliado, ele não foi suficiente para garantir a adesão pelo voto porque muitos dos beneficiários o consideravam um “direito” a ser mantido, independente de quem ganhasse o pleito, além de não enxergarem Bolsonaro como alguém com vinculação e compromisso para com os mais pobres.

PALAVRAS-CHAVE: Auxílio Brasil; Eleições Presidenciais; Bolsa Família; Intenção de voto; Grupos Focais.

Recebido em: 24/03/2023

Aprovado em: 24/01/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

É senso comum entender que, como política social, os programas governamentais de transferência de renda desempenham um papel fundamental no enfrentamento e na mitigação dos efeitos da pobreza na população mais vulnerável. Não por acaso, tal investimento social e econômico, nos últimos anos, tem sido basilar nas agendas de vários governos com as mais diversas orientações político-ideológicas (Simoni Júnior, 2021). Por conta disso, são amplos e multifacetados os estudos quantitativos que sinalizam a respeito das implicações e impactos sociais e econômicos que a implementação dessas políticas gera, não só nas populações diretamente beneficiadas, mas também nas decisões de votos e nos resultados eleitorais como um todo.

Em relação ao Brasil, pesquisas com recorte municipal como a de Nicolau e Peixoto (2007), por exemplo, investigaram, entre outros aspectos, o impacto do Programa Bolsa Família - PBF entre as eleições presidenciais de 2002 e 2006, apontando que as áreas que mais se beneficiaram, especialmente os municípios de baixa renda nas Regiões Norte e Nordeste, tenderam a votar no candidato que implantou o PBF, indicando uma possível relação de causa e efeito entre as políticas de combate à pobreza e o apoio eleitoral nas áreas mais necessitadas do país. Em uma direção semelhante, os estudos de Soares e Terron (2008) defenderam a ideia de que a presença e influência do Bolsa Família nas rendas locais foram fundamentais na reconfiguração das bases geoeleitorais, fazendo com que o programa tivesse um peso considerável na explicação dos resultados das eleições municipais.

198

Em outras frentes podemos mencionar a pesquisa conduzida por Hunter e Power (2007) que destacou a importância do PBF como fator significativo e, provavelmente, a explicação mais viável para a reeleição de Lula entre 2002 e 2006, visto que o Programa não só ampliou o apoio eleitoral, mas também influenciou o comparecimento dos eleitores nas áreas menos desenvolvidas do país, contribuindo para sua vitória (Hunter; Power, 2007, p.20). Ou ainda a investigação desenvolvida por Corrêa (2015), alicerçada em técnicas de econometria espacial que, além de reforçar o conceito de que a performance eleitoral do PBF permanece no “patamar de principal variável explicativa” para os padrões eleitorais observados, também pontua a complexidade das dinâmicas políticas e sociais envolvidas, fazendo o autor lançar sua atenção para a interpretação das reações negativas nas classes mais abastadas em resposta à ênfase do governo nas políticas sociais em geral, com destaque para o Bolsa Família, defendendo que esse “desempenho eleitoral também se associa negativamente à proporção de ricos” (Corrêa, 2015, p.525).

Para além dos estudos citados, diversos outros igualmente colaboram para a compreensão ampliada do comportamento eleitoral dos brasileiros quando as inferências são feitas a partir de análises das políticas de transferência de renda implementadas, como o realizado por Marques *et al.* (2007). Nele, os autores avaliaram os resultados eleitorais adotando os municípios e as unidades federativas como entidades de observação, com o intuito de mensurar o potencial impacto do PBF sobre os votos recebidos por Lula, culminando na conclusão de uma robusta “correlação positiva” entre esses dois elementos.

Já Zucco (2013) focou em três eleições presidenciais no Brasil (2002-2010) e analisou os efeitos das Transferências Condicionais de Dinheiro – TCDs chegando à conclusão de que estas estavam associadas ao superior desempenho eleitoral dos candidatos presidenciais em exercício, independentemente do partido, em todas as eleições. E mais: não observando impacto significativo das TCDs na identificação partidária ou no desempenho dos partidos no poder nas eleições legislativas – o que acabou por indicar que as TCDs teriam um efeito expressivo a curto prazo, mas sem poder para causar realinhamentos eleitorais substanciais a longo prazo.

Em um estudo anterior, realizado por Licio, Rennó e Castro (2009), foram examinados os impactos de “ser beneficiário” do PBF na decisão de voto nas eleições de 2006, bem como na avaliação de desempenho do presidente Lula, que ocupava o cargo na época. A análise foi conduzida a partir de dados individuais e empregou um modelo estatístico multivariado numa amostra probabilística nacional, utilizando informações do Barômetro das Américas de 2008. Os resultados confirmaram as conclusões de estudos anteriores que apontavam para a influência do programa no comportamento eleitoral dos beneficiários, além de destacar o impacto das avaliações favoráveis destes em relação à atuação do presidente em exercício.

Apesar de reconhecermos que diversas pesquisas foram realizadas (as aqui citadas e várias outras¹) contribuindo, de forma significativa, para a apreensão do comportamento eleitoral dos brasileiros e dos resultados das eleições quando parametrizados com programas de transferência de renda, ainda surgem questões importantes se considerarmos os efeitos imediatos nas intenções de voto, especialmente após a implementação de um novo programa de grande abrangência e expressiva inclusão, como o “Auxílio Brasil”.

A necessidade de investigar essa dinâmica eleitoral, em diálogo com as políticas sociais contemporâneas, se justifica pela contínua evolução e complexidade inerentes ao próprio cenário político brasileiro, especialmente pelo entendimento prévio e ‘quantitativo’ de como programas sociais de assistência podem influenciar nos resultados eleitorais. Nesse contexto, esta pesquisa se propõe a analisar, em um dado período e em localidades específicas (poucos dias antes das eleições presidenciais de 2022: entre 26 e 30 de agosto; e em quatro capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador), os impactos eleitorais do Programa Auxílio Brasil - PAB, substituto do PBF durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Distante das abordagens quantitativas até aqui apresentadas, a nossa pesquisa adota uma perspectiva qualitativa e sócio discursiva e se concentra nas opiniões, expectativas, percepções e intenções de voto dos eleitores beneficiários do PAB, praticamente às vésperas das eleições presidenciais de 2022. Estamos em busca de uma compreensão mais profunda das complexas interações entre o “Auxílio Brasil” e o comportamento eleitoral de seus beneficiários. Nosso foco está,

¹ A exemplo da pesquisa desenvolvida por Carraro *et al.* (2007) que lança questionamentos sobre as análises que atribuem de forma exclusiva ao PBF a responsabilidade pela reeleição de Lula, enfatizando a ausência de evidências robustas que respaldem a afirmação de que o programa, por si só, exerceu impacto decisivo em sua votação (Licio, Rennó; Castro, 2009, p.32).

portanto, em explorar as dimensões humanas dessa relação, dando destaque às vozes e perspectivas dos eleitores diretamente impactados pelo programa. Além disso, pretendemos inferir, de forma exploratória, porque a ampla distribuição de renda, promovida pelo programa, não resultou em um substancial aumento de votos a favor da reeleição de Jair Bolsonaro.

Com o intuito de instrumentalizar nossos objetivos, realizamos quatro Grupos de Discussão Online pela Plataforma Google Meet, com homens e mulheres, com idades entre 25 e 55 anos, pertencentes as classes C2 e DE², convocados a partir da contratação de uma empresa especializada em recrutamento de participantes para pesquisas qualitativas de opinião.

2 Discutindo em grupo: metodologia e perfil da amostra

Assim como a maior parte das técnicas qualitativas para coleta de dados, os grupos de discussão também chamados de “Grupos Focais” agenciam, em um ambiente moderado e estruturado, uma amostragem proposital e não aleatória de participantes que, por características homogêneas do perfil (nesse caso de beneficiários do Auxílio Brasil³, votantes nos dois últimos pleitos⁴, ainda *indecisos* em 2022 [*voto mole*]⁵), das classes C2 e DE) são convocados a expressarem suas ideias, percepções, opiniões e sentimentos em relação ao tema abordado.

200

A opção para enveredar por uma metodologia de cunho qualitativo se deu principalmente porque pretendíamos compreender exterioridades relacionadas a atitudes, motivações, expectativas, valores etc., aspectos “cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que encerra”, além de buscarmos entender uma situação que deveria ser analisada a partir dos “indicadores do funcionamento de estruturas sociais” (Richardson, 1999, p.80).

Os grupos de discussão que formamos e conduzimos eram mistos, com níveis de escolaridade e localidades de residência (bairros) distintos. Todos os 31 recrutados (17 mulheres e 16 homens) receberam um incentivo financeiro de R\$ 100,00 para a participação nas discussões que duraram cerca de duas horas cada. A seguir descrevemos o perfil de cada um deles:

² Usamos a tabela de pontos do Critério Brasil para determinar a classe social, considerando uma escala que varia de 0 a 100 pontos para os indicadores de renda, nível educacional, profissão, posse de bens e infraestrutura da residência, resultando: Classe A (45-100 pontos); Classe B1 (38-44 pontos); Classe B2 (29-37 pontos); Classe C1 (23-28 pontos); Classe C2 (17-22 pontos); e Classe DE (0-16 pontos).

³ Principal “filtro” para o recrutamento dos participantes.

⁴ As duas últimas eleições: presidenciais e legislativas e eleições locais, de prefeitos e vereadores.

⁵ Expressão comumente usada em política para descrever o comportamento de eleitores que votam em um candidato ou partido sem estarem plenamente comprometidos com as suas ideias ou propostas. Votam, por exemplo, na “opção menos ruim” e podem mudar a qualquer momento antes das eleições.

Quadro 1 – Perfis dos participantes das discussões em grupo na cidade de Belo Horizonte

Gênero	Idade	Classe/Pontos	Escolaridade	Ocupação Atual
Feminino	33	C2 – 22	Médio completo	Desempregada
Feminino	25	C2 -17	Médio incompleto	Desempregada
Feminino	29	D2 – 12	Fund. II incompleto	Diarista
Feminino	29	C2 – 17	Médio completo	Auxiliar de Capoeira
Masculino	25	DE – 12	Médio completo	Atendente Cervejaria
Masculino	40	C2 -17	Superior Incompleto	Desempregado
Masculino	55	DE – 14	Médio incompleto	Porteiro/ Limpeza
Masculino	35	C2 – 22	Médio completo	Autônomo (Jurídico)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 1 - Perfis dos participantes das discussões em grupo na cidade de Recife

Gênero	Idade	Classe/Pontos	Escolaridade	Ocupação Atual
Feminino	33	DE -13	Médio completo	Informal - Cabeleireira
Masculino	40	DE -16	Médio incompleto	Zelador
Feminino	34	C2 – 22	Médio completo	Doméstica
Feminino	30	DE – 19	Médio completo	Doméstica
Feminino	34	C2 – 21	Médio completo	Autônoma/ petiscos
Masculino	43	C2 – 20	Médio Completo	Desempregada
Masculino	26	C2 – 21	Médio completo	Entregador de água
Masculino	25	C2 – 21	Médio completo	Desempregado

Fonte: Dados da Pesquisa.

201

Quadro 2 - Perfis dos participantes das discussões em grupo na cidade de Salvador

Gênero	Idade	Classe/Pontos	Escolaridade	Ocupação Atual
Masculino	44	DE – 12	Fund. incompleto	Cuidador de idosos
Feminino	46	C2 – 19	Médio incompleto	Do lar
Masculino	35	DE – 12	Fund. incompleto	Marceneiro
Feminino	38	C2 – 22	Médio completo	Tracista
Feminino	25	DE – 12	Fund. incompleto	Babá
Feminino	44	DE – 10	Fund. incompleto	Marisqueira
Masculino	26	C2 – 17	Médio completo	Técnico de informática

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 3 - Perfis dos participantes das discussões em grupo na cidade do Rio de Janeiro

Gênero	Idade	Classe/Pontos	Escolaridade	Ocupação Atual
Masculino	45	C2 – 19	Médio completo	Auxiliar Administrativo
Feminino	33	C2 – 21	Médio completo	Faxineira
Feminino	45	C2 – 19	Superior incompleto	Desempregada / do lar
Masculino	35	C2 – 21	Médio completo	Gerente de Posto Gasol.
Feminino	30	DE – 09	Fund. completo	Cuidadora
Feminino	25	DE – 15	Médio incompleto	Dona de casa
Feminino	36	DE – 15	Superior incompleto	Promotora
Masculino	25	C2 – 17	Médio completo	Atendente

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com um roteiro semiestruturado como guia, orientamos a conversa entre os participantes e exploramos os assuntos de forma mais livre e espontânea, deixando espaço para que as pessoas introduzissem assuntos correlatos e algumas ideias adicionais, o que nos permitiu obter uma compreensão mais profunda e detalhada das opiniões e perspectivas dos participantes, nos ajudando a penetrar na complexidade do nosso problema de investigação.

Entendemos que uma das mais importantes características da coleta de dados através dos grupos de discussão é a possibilidade de desvendar a tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Dessa forma, a técnica tenta promover um processo peculiar na interação com os participantes que emitem opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenham pensado a respeito, contrastando assim com a limitação dos dados obtidos por meio de pesquisas quantitativas com questionários fechados ou mesmo de entrevistas individuais. Além disso, não podemos desconsiderar que, em muitas ocasiões, as pessoas necessitam escutar as opiniões dos outros antes de formarem as suas próprias e, com certa frequência, também mudam de posição (ou argumentam melhor sua posição inicial) quando expostas a discussões em grupo.

3 O (des)compromisso político com o voto: os fenômenos “não-decisórios” dos brancos ou nulos

202

Como já demarcamos, os participantes dos quatro grupos foram recrutados com a obrigatoriedade do filtro de ainda não estarem realmente engajados ou comprometidos com a decisão do voto (“voto mole”), mas todos afirmaram que iriam votar, mesmo que no momento da pesquisa ainda estivessem indecisos. Com o intuito de explorar algumas crenças e opiniões dos participantes, optamos pela técnica projetiva⁶ convidando-os a relatarem se conheciam alguém que votaria em branco ou que anularia o voto. Todos se diziam próximos de pessoas que fariam isso e passaram a listar alguns dos motivos:

Eu tenho minha irmã que tem três eleições que ela vota em branco. Ela alega que já votou muito e **está desencantada com os políticos, ela não tem esperança de um Brasil melhor**, aí ela vai porque é obrigada. Eu acho que não deveria ser obrigado, eu gosto de votar, eu saio pra votar, já me estrepei, mas estou sempre acreditando num país melhor, e ela dá essa justificativa, devido as decepções, ela anula ou vota em branco [sic] (Mulher, 45 anos, Rio de Janeiro).

Conheço minha mãe, ela votava antigamente, hoje ela vota sempre em branco ou não vota, justifica porque **ela não acredita mais em políticos**, nessas baboseiras, porque ela passa o que brasileiro passa todo dia. Como trabalhadora brasileira, ela não acredita mais, entra ano

⁶ “Uma forma não estruturada, indireta, de perguntar, com o objetivo de incentivar os entrevistados a projetarem suas motivações, crenças, atitudes ou sensações subjacentes sobre problemas em estudo (Malhotra, 2001 apud Pinto; Freitas, 2017, p.158). No caso da nossa pesquisa, a projeção que estimulamos foi para que os participantes dos grupos falassem do porquê outras pessoas (não eles) votam em branco ou anulam o voto, fazendo-os discorrer sobre crenças e motivações para os fenômenos “não-decisórios”.

e sai ano, coloca novos e nada muda... Ou ela não vota, ou ela vota em branco [sic] (Homem, 35 anos, Belo Horizonte).

Acreditam que tem fraude: meu pai, meu sogro, namorada também, todos votam em branco, porque nada muda e já perdeu a fé em mudanças, porque só pioram as coisas” [sic] (Homem, 25 anos, Belo Horizonte).

Pela perspectiva projetiva, buscamos acessar informações que frequentemente não emergem por meio de perguntas diretas. Eles passaram por filtros para a participação, estes requeriam o voto em eleições anteriores e a indecisão no atual pleito, então, o voto em branco ou nulo, apesar de possível não era o caminho mais coerente com o perfil dos participantes. A projeção em pessoas da família, amigos e conhecidos evidenciou que anular o voto, ou votar em branco, era algo bastante aceitável e até justificável na atual conjuntura, por “desesperança”, “descrédito” (“tem fraude”) ou por “decepção”, já que na opinião da maior parte dos entrevistados, as pessoas perderam, e com razão, a capacidade de acreditarem que o país pode melhorar pois, em todas as eleições anteriores, se decepcionaram com os políticos nos quais votaram, que “prometem, mas nunca cumprem”.

Numa segunda perspectiva outros participantes acreditavam que as pessoas deixam de votar por “alienação” resultando numa visível apatia eleitoral⁷, ou mesmo por “preguiça”, justificando que “um voto só não faz diferença” e, por conta disso, não vão “sair de casa e enfrentar fila” para um voto que, na realidade, seria “em vão”.

203

Minha mãe vota em branco, porque **ela botou na cabeça dela que o voto é em vão...** acordar cedo pra ir votar, pegar a fila toda pra votar, esperando que a pessoa vai fazer e nada acontece. Se ela chegar e votar no Bolsonaro, aí votei nele, agora aguenta as consequências, eu acho que por isso que ela deixa de votar [sic] (Mulher, 34 anos, Recife).

As constatações, crenças e opiniões dos entrevistados, a nosso ver, se constituem como significativas para nossa investigação, principalmente pela ampla concordância com o “alheamento eleitoral”⁸ das pessoas com as quais os participantes convivem. Se tal alheamento provém do caráter prático da política, como explica Ramos (2009, p.173), estamos falando de comportamentos, “ações sociais, e não apenas estados de consciência ou intenções”.

Desta forma, por mais que as motivações de cada fenômeno que compõe o alheamento eleitoral sejam diferentes entre si (votos nulos geralmente são associados a protesto, votos em branco, a indiferença, e abstenções, a repúdio aos candidatos, conteúdos ou sistema, ou ao comodismo), o impacto do comportamento de distanciar da legitimidade do sistema

⁷ Nesse caso, Ramos (2009) argumenta que, mesmo discordando do que vê politicamente, a pessoa não acredita que pode, ao votar, contribuir com mudanças políticas, já que “o sistema não permite ações de impacto por parte do cidadão comum isolado. O indivíduo se percebe estruturalmente destacado da esfera política. De acordo com esta postura, um único voto não é objetivamente capaz de fazer qualquer diferença” (p.182).

⁸ O principal pressuposto para a categoria denominada de “alheamento eleitoral” é, na postulação de Ramos (2009, p.172), “que a política, por mais que seja sempre motivada por interesses e valores (sendo composta, então, de dimensões subjetivas), é eminentemente prática, ou seja, ligada à ação”.

representativo é o mesmo para as três formas de ação (ou, mais precisamente, três formas de inação) (Ramos, 2009, p.173).

Nesse sentido, mesmo afirmando que iriam votar em 2022, os participantes apoiavam e justificavam, de forma recorrente, a inação dos seus conhecidos e familiares, como se a atitude de não votar ou anular o voto pudesse ser, facilmente, repetida por eles mesmos:

Porque não confiam mais em ninguém, todos que entram, é sempre a mesma coisa. Estão totalmente desacreditados com a política. **A gente trabalha, paga imposto, pra eles fazerem uma boa educação, saúde e não acontece nada disso, e a população perdeu a confiança neles, e só procuram a gente na época de eleição** [sic] (Homem, 35 anos, Salvador).

Na projeção, que o morador de Salvador faz, vemos que a extrema insatisfação vista em outras pessoas é a mesma que ele sente ao pagar impostos e esperar a contrapartida da melhoria de vida e nada acontecer, ou quando constata que os políticos só os procuram na época da eleição – situação recorrente e até comum no contexto do sistema eleitoral brasileiro, no qual os políticos não têm o hábito de manter uma relação contínua de “prestação de contas” com suas bases, aproximando-se dos eleitores e divulgando suas realizações apenas durante o período eleitoral. O que parece produzir um sujeito descrente e à margem da política, em um estilo que se assemelha ao homem democrático⁹ descrito por Alexis de Tocqueville (Tocqueville, 1987; Ramos, 2009, p. 181).

Em paralelo, a percepção de que só eram procurados por determinados políticos nos períodos eleitorais acabou conferindo força e colaborando ainda mais para que enxergassem com desconfiança as benesses que eram recebidas, como o súbito aumento do Auxílio Brasil pouco antes das eleições:

E o que me chama atenção é **esse aumento que foi dado**. Eu comecei a receber 400 reais e **há seis meses próximo à eleição, aumentaram pra 600 reais. Eu acho que foi uma jogada política**. Pra mim, maravilha! Eu recebo e me ajuda muito, eu estou desempregado [sic] (Homem, 25 anos, Rio de Janeiro).

Contexto que passaremos a discorrer analiticamente nas próximas seções do texto.

4 Como os participantes enxergavam o Auxílio Brasil?

Criado no Brasil em abril de 2020, como uma resposta à crise econômica causada pela pandemia de COVID-19, o Auxílio Emergencial (Auxílio Brasil) foi anunciado pelo então presidente Jair Bolsonaro e seu Ministro da Economia, Paulo Guedes. Teve inicialmente como objetivo principal

⁹ Alexis de Tocqueville (1987), em seu livro "Democracia na América", descreveu o "homem democrático" como sendo individualista, egocêntrico e com pouco interesse na política, além de ter uma forte necessidade de igualdade e a tendência a seguir a maioria, em vez de liderar.

fornecer um benefício financeiro mensal a famílias de baixa renda, trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados, entre outros grupos vulneráveis, para que estes pudessem atravessar o período de incerteza econômica causado pela pandemia. No mês de junho de 2022, três meses antes das eleições, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2022 (PEC dos Auxílios ou ‘PEC Kamikaze’, como foi apelidada na mídia) liberando a criação e ampliação de benefícios sociais dados pelo Governo Federal.

Em agosto de 2022, dois meses antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o Auxílio Brasil trouxe, segundo Borges (2022)¹⁰, sua versão “turbinada”, saindo de R\$ 400,00 para R\$ 600,00 com o intuito de melhorar o desempenho do Ex-Presidente Bolsonaro nas pesquisas eleitorais, “sobretudo dentre a parcela mais vulnerável da população”.

O Auxílio Brasil, como política de distribuição de renda, foi considerado muito importante por todos os beneficiários participantes dos quatro grupos de discussão. Para alguns, era visto como direito, para outros foi transformado em “moeda de troca eleitoral” e ainda, para alguns, tinha uma distribuição injusta e regras que não eram muito claras.

Infelizmente, eu acho que o Auxílio Brasil tem dois vieses, tem **salvado muitas famílias da fome e da miséria, mas falta fiscalização. Muitas pessoas recebem sem ter o devido direito**. E pessoas que mereciam receber não recebem. Então eu acho que, infelizmente, é um auxílio que salva muita gente sim, mas por outro lado a gente vê que, eu conheço muitas famílias que mereciam receber, famílias carentes, aqui na comunidade, e não recebe, não tem justificativa, **eu acho que as regras não são claras** [sic] (Mulher, 30 anos, Recife). Eu sei que o Auxílio Brasil é um benefício do Governo Federal para as pessoas que tem renda baixa, que eu me encontro nesse momento e, por isso, é oferecido. Mas também sei que esse benefício é dado há muito tempo, só foi se ajustando a cada governo, **por isso que não me compra o voto, porque não é de agora, já vem de tempos**. E me ajuda, porque eu estou sem renda e é um dinheiro que me ajuda no sustento da família [sic] (Homem, 45 anos, Rio de Janeiro).

De forma geral, os entrevistados enxergavam muito mais coisas boas do que ruins no Auxílio Brasil. E até as coisas ruins que foram pontuadas não reduziram a grande aceitação do Auxílio como uma coisa “muito boa” para as pessoas naquele momento de tantas dificuldades.

¹⁰ Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/por-que-o-aumento-do-auxilio-brasil-nao-alavancou-a-popularidade-de-bolsonaro/>>. Acesso em 28 jan. 2023.

Quadro 4 - O que os participantes enxergam de bom e de ruim no Auxílio Brasil

O que tem de BOM no Auxílio Brasil?	O que tem de RUIM no Auxílio Brasil?
<ul style="list-style-type: none">- Ajuda a manter as famílias alimentadas;- Dá o suporte para os muitos desempregados por conta das consequências da pandemia;- O valor é o mais alto que já foi dado nesse tipo de política pública;- Abriu oportunidade de receber para quem nunca tinha recebido antes;- Muitas mães de família foram alcançadas;- É um complemento de renda que ajuda as pessoas a viverem com mais dignidade;- É um direito;- Evitou muita gente de passar fome;- O beneficiário não perde se conseguir um emprego de até 1 salário-mínimo.	<ul style="list-style-type: none">- É uma compra indireta de votos;- Pessoas que deveriam receber não recebem e pessoas que não precisam estão recebendo;- Apesar de ser um valor considerado “alto”, ainda é insuficiente na atual conjuntura de inflação tão elevada.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Sobre a influência das ações e dos benefícios financeiros do Auxílio Brasil nas intenções de voto, uma parcela considerável dos entrevistados disse que não era influenciada por eles, mas acreditavam que muitas pessoas eram, principalmente pela conjuntura social do momento, “de muitas dificuldades e privações” – o que fazia com que as pessoas se apegassem aos benefícios e votassem com medo de perdê-lo. Afinal, para muitos, era a “única fonte de sobrevivência” na família.

206

Com certeza influencia, assim como influenciou antes o Bolsa Família. O Auxílio Brasil, com certeza, **faz com que a população que recebe, queira continuar recebendo mais à frente** (Mulher, 25 anos, Rio de Janeiro).

Por conta disso, uma parcela expressiva dos entrevistados acreditava que o Auxílio Brasil (com o novo valor de R\$ 600,00) teria impactos favoráveis para Jair Bolsonaro nas eleições de 2022: “Influencia sim, o benefício influencia, é direito de todos nós, mas influencia...” (Homem, 35 anos, Rio de Janeiro). Muito embora, entre eles, vários pesquisados se colocaram como “não influenciáveis” pelo benefício por dois motivos básicos: 1. O Auxílio Brasil era, na verdade, um “direito” e não um favor conferido pelo Presidente na época; e 2. Todos acreditavam que o Auxílio Brasil seria mantido (mesmo que mudasse o valor ou o nome), independente do candidato que ganhasse as eleições presidenciais, o que possibilitava, em grande medida, certa “liberdade” para votar.

Pra mim, **independente do candidato, vai continuar**, como era o Bolsa Família e agora o Auxílio Brasil. Eles viram que além de ajudar, **viram que isso ajudaria muito nas eleições, pra ganhar voto**, como foi o Bolsa Família, o Auxílio Brasil foi até melhorado em valores, eu acho que os dois não vão tirar. Aí diminui o valor, não sei até quando, aí chegando próximo de outra eleição aumenta novamente [sic] (Homem, 25 anos, Rio de Janeiro). Pode ser que continue, eu tenho dúvidas, porque tem muitas pessoas que vivem através do Auxílio, famílias pobres, que só tem esse dinheiro pra sobreviver. **Mas isso também não me influencia não**, mas eu acho que permanece, pode mudar o valor, mas permanece, porque

já tinha o Bolsa Família, um projeto social permanece sim, porque vai ser uma repercussão muito grande, se for cortado de vez [sic] (Mulher, 30 anos, Rio de Janeiro).

O Auxílio Brasil foi substituído o nome, porque era Bolsa Família e o novo presidente mudou pra Auxílio Brasil. O benefício são pra muitos que estão desempregados, como eu. Me ajuda, e muito, esses 600 reais, mas também não vejo vantagem e desvantagem nenhuma, **porque quem se eleger vai permanecer, pode diminuir ou aumentar.** Eu vejo que muita gente pode vender o voto por emprego, porque milhões de pessoas com certeza iam pelo emprego, porque o desemprego está grande demais, **mas o Auxílio Brasil não vai atingir em nada, porque quem se reeleger, ou eleger, vai manter.** Como sempre manteve, só muda o nome [sic] (Mulher, 34 anos, Recife).

Em paralelo, o Auxílio Brasil era visto pela maioria como bem melhor que o Bolsa Família isoladamente, por conta do valor e do alcance de mais pessoas (desempregados e pessoas de baixa renda, sem filhos). A isso se somava a ausência dos critérios excludentes e dos requisitos condicionantes do Bolsa Família (filhos na escola, não ter MEI, vacinação das crianças, entre outros).

Quadro 5 – Comparações, vantagens e desvantagens do Auxílio Brasil e do Bolsa Família na percepção dos participantes

Auxílio Brasil	Bolsa Família
<ul style="list-style-type: none">- É um valor fixo, não diminui, nem cai;- Engloba mais gente que o Bolsa Família¹¹;- Ajuda mais porque o valor é maior (mesmo que relativizem a alta dos preços e a perda do potencial de compra);- É igual para todas as pessoas, não faz distinção (como o Bolsa Família fazia);- Abriu oportunidades para muitas mães de família receberem;- É um complemento de renda.	<ul style="list-style-type: none">- Não era um valor fixo, variava algumas vezes (valores recebidos com diferenças);- Era cheio de “critérios”¹² (não podia abrir um MEI, por exemplo, que a pessoa perdia);- Tinha muitas fraudes;- Era difícil conseguir fazer parte do Bolsa Família;- O valor é bem menor que o Auxílio Brasil;- Pai e mãe solteiros recebem, casados não.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar de listarem uma série de diferenças entre os dois programas e não conseguirem ponderar que os requisitos e as exigências, principalmente as educacionais (das crianças na escola) e as de saúde (com a vacinação em dia) para o recebimento do Bolsa Família eram, em alguma medida, protetivas para a população vulnerável, vários entrevistados afirmaram que “só mudou de nome”, pois tem a mesma finalidade e é um direito anteriormente adquirido pelas pessoas.

¹¹ Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o recebimento do Auxílio Brasil foi estabelecido para as famílias em situação de extrema pobreza (que possuíam renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00) e famílias em situação de pobreza (com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00), sem qualquer requisito além desses.

¹² Os critérios e/ou requisitos abarcam questões para além da renda familiar mensal per capita ou inscrição no Cadastro Único. Para receber o Bolsa família era preciso ter crianças ou adolescentes de até 17 anos ou gestantes, ou idosos com mais de 60 anos e estar em dia com as obrigações previdenciárias, eleitorais estudantis das crianças e do programa Saúde da Família, como vacinações.

Olha, pra mim eu acho muito excelente, eu tenho dois filhos, um com cada mulher, e tem esse detalhe também que mesmo trabalhando de carteira assinada, recebe, eu estou recebendo recentemente. Agora a empresa me mandou embora, eu só vou ter ele, aí ele me dá suporte pra ajudar nas pensões, porque eu pago duas. **E ele não é cortado quando tem a carteira assinada também, é importante isso. Até onde eu sei, quem recebe, aí começa a trabalhar fichado, não vai perder o auxílio** [sic] (Homem, 40 anos, Belo Horizonte).

Eu acho que qualquer um dos dois, dizem que **é direito da pessoa, tanto faz o título**, eu nunca tinha recebido (Homem, 26 anos, Recife).

O Bolsa Família eu não peguei, eu comecei com o auxílio emergencial e entrei no Auxílio Brasil. **Eu não vejo muita diferença, eu vejo que foi uma mudança de nome, o Bolsa Família foi um governo e o Auxílio Brasil é outro governo** (Homem, 25 anos, Rio de Janeiro).

Quando convidados a refletirem sobre as funções sociais, as benesses e a permanência do Auxílio Brasil para os mais necessitados após as eleições de 2022, o potencial de engajamento dos beneficiários participantes, com o Auxílio dado pelo Governo de Bolsonaro, se esvai diante da crença (quase certeza) de que qualquer que seja o candidato eleito, o benefício do auxílio financeiro irá continuar em 2023, mesmo que mude de nome e de valor.

5 Por que a ampliação do Auxílio Brasil não surtiu os efeitos supostamente esperados por Jair Bolsonaro nas urnas?

208

De acordo com Barboza (2015, p.39), um dos desafios encontrados a partir da literatura contemporânea dedicada a descrever o fenômeno político do “clientelismo eleitoral”¹³ é a dificuldade em entender e defini-lo conceitualmente. O autor postula que é preciso “retomar a discussão concernente às diferenças entre os tipos de clientelismo”¹⁴ para identificar os principais elementos que constituem o que se convencionou chamar de “compra de votos”.

O clientelismo eleitoral trata da relação assimétrica estabelecida entre político e eleitor em período especificamente eleitoral, ou seja, entre o lançamento da candidatura e o depósito do voto, e que tem por objetivo influenciar o eleitor em sua decisão. No caso do clientelismo eleitoral, só há o risco de defecção por parte do eleitor, na medida em que os benefícios são dados anteriormente à eleição (Barboza, 2015, p.39).

O suposto apoio eleitoral, por meio do voto, como retribuição pelo alcance financeiro do Auxílio Brasil ou ainda pelo desejo de sua permanência após o pleito de 2022, tornou-se o principal

¹³ De forma mais geral, o clientelismo eleitoral é entendido como uma prática política que consiste em oferecer recompensas ou benefícios em troca de votos ou apoio político.

¹⁴ Essa questão surge pela existência de outro fenômeno semelhante denominado de “clientelismo relacional” que consiste na prática política da construção de relações pessoais entre políticos e eleitores, com o objetivo de obter apoio e o conseqüente voto, em troca da ajuda ou dos benefícios pessoais oferecidos pelo político. Esse tipo de clientelismo é mais comum em comunidades nas quais as relações pessoais são valorizadas e, por conta disso, pressupõe um tempo de construção maior (para além do período eleitoral).

objeto da nossa investigação nas discussões que realizamos nos quatro grupos. Hoje, com o resultado das eleições presidenciais em mãos, seria muito tranquilo afirmar que se, realmente, a distribuição ampla, majorada e sem muitos critérios do Auxílio Brasil se constituiu como clientelismo eleitoral ou como uma tentativa de trocar o Auxílio por votos, ela não surtiu os efeitos desejados, visto que Jair Bolsonaro, a despeito de todos os investimentos feitos¹⁵, não foi reeleito presidente.

Às vésperas da eleição, o governo consegue aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) conhecida como PEC Kamikaze e, depois, como PEC das Bondades. Desta forma, conseguiu-se, no Congresso, turbinar uma série de benefícios sociais, como, por exemplo, o Auxílio Brasil no valor de 600,00; recursos para caminhoneiros, taxistas, bem como as sucessivas intervenções na Petrobrás visando diminuir os preços dos combustíveis. A gestão Bolsonaro não apenas driblou as regras fiscais, como, ainda, foi capaz de produzir distorções no jogo eleitoral (Prando, 2022, p.54).

Contudo, o que está em pauta aqui não são as eventuais distorções no jogo eleitoral, como postulou Prando (2022), ou o mero “toma lá dá cá”, inerente ao que se convencionou classificar como “compra de votos”, ato que, segundo Barboza (2015), teria que contar com todos os três atributos fundamentais para a sua caracterização: “(1) a oferta ou entrega de benefícios tem por objetivo influenciar a decisão de voto do eleitor; (2) os benefícios são distribuídos no período eleitoral, antes da votação; (3) a entrega do benefício é contingente à manifestação de apoio do eleitor ao candidato” (Barboza, 2015, p.41).

209

No caso do Auxílio Brasil e de outros programas/auxílios parecidos, como as medidas criadas após o 1º turno das eleições (quando Bolsonaro ficou em 2º lugar por uma diferença de mais de 6 milhões de votos atrás do candidato Lula), as benesses provenientes dessas entregas não eram contingentes ao apoio eleitoral direto (o voto, propriamente dito) das pessoas agraciadas pelo candidato. O que parecia se buscar, contudo, era a ampla simpatia entre os eleitores mais pobres e o crescimento da popularidade de Bolsonaro entre eles, com a expectativa de um expressivo retorno eleitoral, em termos quantitativos.

A nossa investigação evidenciou, como inferimos e destacamos anteriormente, que o Auxílio Brasil agradou a todos os beneficiários pesquisados, incluindo os que achavam que só teria ocorrido a mudança do nome “Bolsa Família” para “Auxílio Brasil” (já que se tratava de outro governo) e os que diziam ser um direito da população mais vulnerável (que agora não precisava mais cumprir tantos requisitos e exigências para recebê-lo). Tais beneficiários, a despeito de acharem que a mudança foi apenas nominal e o recebimento era um “direito”, concordavam que a elevação do valor e a maior facilidade para receber o Auxílio eram grandes vantagens, quando comparadas com o Bolsa Família.

¹⁵ Em plena disputa pelo 2º turno, o Ex-Presidente Bolsonaro instituiu novos auxílios com pagamentos para caminhoneiros e taxistas; desconto de até 90% em dívidas de 4 milhões de devedores; incluiu 477 mil famílias no Auxílio Brasil; ampliou o público de benefícios sociais; e liberou a Caixa Econômica e outros 11 bancos a realizarem empréstimo consignado aos contemplados com o Auxílio Brasil e BPC- Benefício de Prestação Continuada (Motoryn, 2022).

Assim sendo, por que a ampliação do Auxílio Brasil não surtiu os efeitos supostamente esperados por Jair Bolsonaro nas urnas?

Essa pergunta poderia ser respondida a partir de algumas possibilidades. Pesquisadores como Borges (2022)¹⁶ pontuam que uma das hipóteses que podem ser levantadas é a da perda do poder de compra do Auxílio Brasil diante da inflação – o que minimizaria sua importância em termos de “volume” para fazer diferença, de fato, na vida dos beneficiários. Situação, inclusive, indicada na fala de alguns participantes para relativizar o valor monetário do Auxílio.

Eu acho que ajuda, mas com a atual conjuntura que a inflação está, **com 600 reais não dá pra fazer uma compra com carne, não consegue. Porque realmente você com 600 reais dá pra fazer uma compra do mês, mas não dá pra colocar carne boa, não dá pra ter condições de alimentar, pagar um aluguel, que é o básico de todo mundo.** Em casa unimos todas as economias pra pagar as contas, sendo que o Auxílio deveria dar pra pagar o aluguel e ter uma alimentação saudável. É pra você pagar uma parte da sua conta e aí tem que buscar outra renda pra ter, e está difícil arrumar outra renda, é como se pegasse um cobertor, e cobrir o corpo e deixar o pé descalço [sic] (Homem, 55 anos, Belo Horizonte).

Muito embora, ainda que tenha um valor considerado defasado, R\$ 600,00 representaria “um aumento substancial se comparado com a média recebida pelos beneficiários do Bolsa Família” (Borges, 2022)¹⁷. Um participante no grupo no Rio de Janeiro, ao comparar os dois programas (Bolsa Família e Auxílio Brasil) argumenta: “O Bolsa Família continuou mesmo mudando de candidato, sendo que esse auxílio já tinha, não era esse valor, era o Bolsa Família, que era um valor bem menor” (Homem, 45 anos, Rio de Janeiro).

Mesmo com algum potencial para responder à questão que alicerçou nossa investigação com os beneficiários, de o aumento no valor do Auxílio Brasil ter sucumbido diante da redução do seu poder de compra, ela não tem força suficiente para explicar o porquê de não ter alavancado tanto os votos a favor de Jair Bolsonaro, ajudando-o a se reeleger.

Borges (2022) sinaliza que, não obstante as políticas de transferência de renda serem muito importantes, elas “não são o único parâmetro que os eleitores mais pobres utilizam para avaliar se um político governou para os estratos vulneráveis”¹⁸, entre os quais os participantes dos nossos grupos de discussão se incluíam. Essa percepção (de governar para os pobres), como constatamos nos quatro grupos, era sólida em relação aos governos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e completamente distante da gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

O Auxílio Brasil está até ajudando algumas famílias, mas isso tudo é pra que ele [Bolsonaro] consiga continuar e depois ele vai fazer o que bem quer, destruir a vida do brasileiro, vai ser

¹⁶ Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/por-que-o-aumento-do-auxilio-brasil-nao-alavancou-a-popularidade-de-bolsonaro/>>. Acesso em 28 jan. 2023.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/por-que-o-aumento-do-auxilio-brasil-nao-alavancou-a-popularidade-de-bolsonaro/>>. Acesso em 28 jan. 2023.

pior, só vai piorar. Ele vai ser pior, porque tudo que ele fez, foi pensando na reeleição dele, ele fez tudo de cabeça pensada. Se continuar, aí **coitada das pessoas pobres, das pessoas humildes, vão sofrer muito**. Vai ser o mesmo, vai ter uma política que vai beneficiar quem não necessariamente precisa de ajuda, da população que não precisa, um governo paliativo, que **vai sempre tapar buraco, sempre dando um paliativo para as classes mais necessitadas** (Homem, 44 anos, Salvador).

Ele [Bolsonaro] vai muito a favor de arma, da polícia e **esquece dos pobres, e maioria do país são pessoas pobres** [sic] (Mulher, 33 anos, Belo Horizonte).

Eu acho que ele [Bolsonaro] **não tem olhar pelos pobres**, eu acho ele arrogante ao falar, ele deveria ter um olhar aos que necessitam, o que eu vi de bom foi o Auxílio. Também na pandemia, se não teria sido um caos [sic] (Mulher, 45 anos, Rio de Janeiro).

A percepção de desvinculação e descompromisso de Bolsonaro para com os mais pobres foi quase unânime, até entre os que o apoiavam por aprovarem sua postura mais conservadora e religiosa, na defesa da família tradicional (pai, mãe, filhos), sendo contra o aborto ou criticando os LGBTs¹⁹. Para além dessas questões, os apoiadores de Bolsonaro elogiavam seu “pulso firme”, um presidente que “fala o que pensa, é claro, objetivo, direto”, que “luta contra o sistema”, que “apoia o militarismo” e que “não se curva para ninguém”. Vários, inclusive, acreditavam que não houve corrupção em sua gestão pois “se escuta muito menos sobre isso”, outros o isentavam da responsabilidade de genocídio na pandemia, pois ele “foi contra o lockdown para ser a favor da economia”, já que uma “crise econômica séria” mataria muito mais pessoas.

211

Quando perguntados sobre aspectos da gestão de Lula, os participantes compartilharam a percepção de que “apesar dele ter roubado” [sic], as mazelas conjunturais do desemprego, da inflação e da fome não ocorriam na proporção que ocorrem hoje. Pelo contrário, na época da gestão de Lula eles enxergavam que havia mais oportunidades, era mais fácil conseguir emprego, houve diversos avanços sociais, o Brasil saiu do mapa da fome, os mais pobres tinham acesso à casa própria, carro, bens, educação, plano de saúde popular, universidade, cursos técnicos, educação para adultos, viagem de avião etc. Tudo isso porque Lula, além de ter vindo de família pobre, “governava para os pobres”, era considerado o “Pai dos pobres”, se “preocupava com os mais carentes”, “beneficiou estudantes com o acesso às universidades pelo FIES e pelas cotas nas universidades públicas”, “na sua época, olhava para o trabalhador” e “facilitou para que os pobres pudessem adquirir coisas”.

Eu acredito que ele [Lula] seja um homem muito bom, **ele pensa muito nos pobres, por ele também ter vindo de família pobre**, isso ajuda muito (Mulher, 33 anos, Recife).

A diferença é que Lula é humilde com o povo da classe baixa. Tem também a oportunidade que ele ofereceu pra gente ter algo hoje em dia. Ah, uma das coisas foi **pessoas de classe baixa não podia frequentar universidade e teve oportunidade. E de comprar um carro. Eu acho que ele deu muita oportunidade ao povo humilde, eu acho que ele vai muito para o lado do povão**, classe média baixa [sic] (Mulher, 38 anos, Salvador).

¹⁹ Forma “usada pelos participantes (e não LGBTQIA+) para se referir a grupos de pessoas cuja orientação sexual ou identidade de gênero é diversa da heterossexualidade e cisgeneridade.

Eu como nordestina eu acho que ele [Lula], pelo menos nos mandatos dele, **tivemos grandes avanços aqui no Nordeste**. Isso é inegável, mas eu também **não acho que ele seja inocente, ele cometeu crime sim, e teve muita corrupção** [sic] (Mulher, 34 anos, Recife). O que eu escuto é que **teve muita corrupção por parte do partido dele, PT, mas também trouxe benefícios para o estudante com o Sisutec e a parte mais humilde teve condições de ter um carro, um bem, algo que era restrito pra apenas quem tinha condição melhor**. E hoje já não é tão fácil assim para pessoas mais humildes adquirirem. Teve o fome zero também, que hoje o problema da fome já está retornando também, aumentou bastante, tem muita gente passando fome, situação difícil. E é isso, a corrupção foi muito mais forte, mas favoreceu as classes menos favorecidas [sic] (Homem, 35 anos, Salvador).

A percepção ampla de que Lula trabalhou principalmente para ajudar aos mais necessitados não foi capaz de apagar nos participantes a memória de sua associação com a corrupção, mas também não foi suficiente para descartá-lo como opção de voto: “Ele veio de baixo, né? Porque ele ajuda mais o pobre do que o rico. Ele puxa mais para o lado do pobre do que para o rico” (Mulher, 33 anos, Recife). Essa visão corrobora com o que foi pontuado no estudo de Hunter e Power (2007), sobre as eleições de 2006 e o efeito das denúncias de corrupção naquela época entre a população de menor renda, fazendo com que, nos estados e municípios mais pobres, com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, os votos em Lula fossem ainda mais expressivos na sua reeleição presidencial.

212

Adicionalmente, as pesquisas conduzidas por Corrêa (2007) sinalizaram que durante o período em que os escândalos do mensalão foram amplamente divulgados pela mídia (nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2006), era bastante improvável que os estratos socioeconômicos mais baixos não estivessem cientes das alegações de corrupção, e esse ‘conhecimento’, pelo menos em tese, deveria ter exercido influência sobre suas decisões de voto, “não fossem os benefícios do Bolsa Família” (Corrêa, 2007, p.516). E nesse caso, tais benefícios vão bem além do valor monetário recebido - resultando em uma percepção que se repete anos depois, mesmo diante de novas acusações de corrupção.

Para esse fato, a justificativa recai sobre a explicação de que indivíduos com menor segurança econômica, muitas vezes, priorizam suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, acima de questões éticas e de transparência na política. Isso porque grande parte dessas pessoas estão lutando diariamente para resolver questões de sobrevivência e, por isso, na maioria das vezes não estão preocupadas com questões mais abstratas, fazendo com que a corrupção seja percebida como um meio aceitável para obter recursos e apoio, mesmo que isso signifique ignorar aspectos éticos:

Eu acho que se ele [Lula] fosse eleito, ele teria uma segunda chance de mudar, de fazer diferente melhor do que fez no passado. Porque ele fez coisas boas, mas também fez coisas ruins, eu acho que errar é humano e permanecer no erro é burrice. [...] Mas, por ele já ter errado, eu creio que vai fazer diferente (Mulher, 29 anos, Belo Horizonte).

6 Conclusão

Não é raro ouvir que o PBF teve um impacto significativo nas eleições de Lula em 2006. Os diversos estudos que citamos, inclusive, “creditam em grande parte ao Programa a explicação sobre a mudança do perfil do eleitorado de Lula em relação ao pleito de 2002” (Licio; Rennó; Castro, 2009, p.32), visto que o Bolsa Família colaborou com o aumento da sua popularidade e do apoio recebido, especialmente entre os mais pobres.

Como uma política social bem-sucedida, ajudou não apenas a reduzir a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil, mas também promoveu, em grande medida, um crescimento econômico significativo para o país. Autores como Hunter e Power (2007), por exemplo, no citado estudo sobre as eleições de 2006, avaliaram o PBF como o fator mais proeminente para a vitória do Presidente Lula naquele ano.

Diferentemente do Auxílio Brasil, distribuído em larga escala às vésperas das eleições, o Bolsa Família, como explicado por Cohn e Fonseca (2004), elegeu a *família* como o alicerce do programa e isso significava que o foco não era atender a cada um de forma isolada, a ponto de fazer as famílias se subdividirem no CadÚnico²⁰ para receberem mais recursos financeiros, como aconteceu com o Auxílio Brasil. As autoras pontuam que a pobreza, “num país com a magnitude e a diversidade do Brasil apresenta várias formas de manifestação – que não se reduzem à renda dos indivíduos pobres, tampouco às precárias condições de vida a que estão condenados”. Por conta disso, o Bolsa Família foi criado e implantado com vistas a satisfazer de “forma digna” as necessidades básicas das famílias e, assim, “alçá-los à condição de cidadãos” (Cohn; Fonseca, 2004, s/p).

213

As autoras ainda explicam que programas de transferência de renda não devem ser considerados como um “fim em si mesmo”, visto que não conseguem suplantam a pobreza, a despeito da capacidade que possuem como “mecanismo de alívio imediato da pobreza e da condição de privação a que estão condenados largos segmentos da população” (Cohn; Fonseca, 2004, s/p). Tais ponderações, colaboram para entendermos que embora o Auxílio Brasil tenha ajudado a mitigar os efeitos econômicos da pandemia em curto prazo, ele não foi visto como uma solução duradoura ou como um compromisso real para melhorar as condições de vida da população e produzir algum nível de redução nas desigualdades sociais que assistimos.

Provavelmente porque o Auxílio Brasil, “turbinado” e com tempo de vida contado, estava totalmente dissociado de políticas públicas complementares de inserção social (como a disponibilidade e acessibilidade aos serviços universais de saúde e educação, só para citar os principais), como lembrou uma beneficiária do Rio de Janeiro: “Antigamente as escolas eram bem ruins, ele [Lula] deu um incentivo aos estudos, até mesmo pra adultos analfabetos, ele fez caminhos pra pessoa ganhar um pouco de conhecimento” [sic] (Mulher, 45 anos).

²⁰ A equipe de transição do novo governo de Lula divulgou no final de 2022 um fenômeno definido como a “divisão artificial das famílias brasileiras”, inflando o CadÚnico com o registro de famílias unipessoais totalmente descolado da evolução demográfica nacional: um acréscimo de 197% no número de famílias unipessoais, que saiu de 1,8 milhão em dezembro de 2018 para 5,5 milhões em outubro de 2022 -mês das eleições presidenciais (Fernandes; Watanabe, 2022).

Além disso, a percepção a respeito do Auxílio Brasil não comportava nenhuma capacidade de ele ser potencialmente gerador de outras possibilidades para os beneficiários que, ao deixarem de recebê-lo, não estariam numa situação melhor, mais digna ou mais autônoma, daquela que originou a necessidade do recebimento: “O Bolsa Família era contínuo, e esse Auxílio Brasil tem prazo pra acabar, eu acho que até dezembro. Então depois das eleições, então eu fico preocupado de qual intuito dele, de ser até dezembro?” [sic] (Homem, 35 anos, Belo Horizonte), e ainda pairava no ar a desconfiança de uma eventual tentativa de “troca” eleitoral.

Os beneficiários pesquisados também se empenharam em listar, quando se referiam ao período no qual Lula governou o Brasil, uma série de transformações que foram resultados de outros programas sociais implementados para atender às necessidades dos mais pobres, como a construção de moradias populares, a ampliação do acesso à saúde e educação e a geração de empregos. Estes exemplos concretos de melhoria de vida foram, recorrentemente, lembrados durante as discussões nos quatro grupos como uma forma de comparar a diferença entre os dois governos e pavimentar o caminho para a escolha nas eleições, mesmo entre aqueles que não se consideravam eleitores de Lula. O fato é que muitos acreditavam que a vida era melhor durante o seu governo, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população.

Nesse contexto, os principais fatores de mobilização eram a “esperança” (esta que estava no imaginário social e nos corações dos entrevistados) de fazer o Brasil avançar nos índices sociais, sair da fome, gerar mais empregos e renda, conter a inflação e os juros, ampliar o acesso à moradia, saúde, educação de qualidade, saneamento básico e recuperar a dignidade; e a “certeza” de que Lula era alguém totalmente bem-sucedido na luta para combater a fome e a miséria, o que levaria muitos eleitores a escolhê-lo como o candidato que melhor representava seus interesses.

Em paralelo, o Auxílio Brasil concedido pelo governo de Jair Bolsonaro não foi “suficiente” para garantir a sua reeleição no último pleito porque muitos dos beneficiários não enxergaram o governante como alguém que estivesse realmente preocupado com suas necessidades e lutando contra a pobreza ou pela melhoria de vida dos pobres, pelo contrário: “[Bolsonaro] não fez nada pra educação, saúde, emprego, mais quatro anos vai ser pior” (Mulher, 34 anos, Recife); “De ruim, ele [Bolsonaro] tem muita coisa, eu acho que não vai ganhar, porque ele é racista e ele gosta da classe rica, não da pobre” [sic] (Mulher, 33 anos, Recife).

Por fim, além da política de distribuição ampla do Auxílio Brasil ter sido vista por muitos como insuficiente para atender às necessidades básicas dos mais pobres, outros fatores, como a gestão da pandemia, a falta de investimentos em áreas sociais e a corrupção, também afetaram negativamente a percepção do então Presidente Bolsonaro entre os eleitores mais pobres:

Eu acho que ele é um genocida e eu não acredito que ele tenha nada de bom, pelo menos eu não vi nada de bom, de quando entrou até agora, só morreu gente e aumentou os preços. A única coisa de bom foi esse auxílio que ajudou muita gente, mas fora isso ele matou foi muita gente [sic] (Mulher, 30 anos, Rio de Janeiro).

A tudo isso acrescentemos a ideia de que o aumento “datado” do Auxílio Brasil (até o final do mandato, dezembro de 2022), corroborava com a visão de que Bolsonaro era um governante que não estava verdadeiramente comprometido com os mais pobres²¹ (como seu principal concorrente era percebido) e essa podia ser apenas mais uma clara e arrogante tentativa para conseguir a simpatia e, por conseguinte, votos entre os mais necessitados. O que vimos, no entanto, é que não basta distribuir dinheiro e publicizar as benesses provenientes desse investimento, sem ter como *background* um conjunto de políticas públicas sólidas e contínuas que tenham sido experimentadas, concretamente, pela população mais vulnerável.

7 Referências

BARBOZA, D. **As denúncias de compra de votos como estratégia eleitoral**. Análise da relação entre denúncias de compra de votos e a dinâmica de competição eleitoral nas eleições municipais de 2012 em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2015.

215

BORGES, M. Por que o aumento do Auxílio Brasil não alavancou a popularidade de Bolsonaro?. **Latinoamerica21**. 01/10/2022. Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/br/por-que-o-aumento-do-auxilio-brasil-nao-alavancou-a-popularidade-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

COHN, A.; FONSECA, A. O bolsa-família e a questão social. **Revista Teoria e Debate**, n. 57, março/abril de 2004. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2004/04/10/o-bolsa-familia-e-a-questao-social/>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CORRÊA, D. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, vol. 21, nº 3, 2015.

FERNANDES, A.; WATANABE, M. Família de uma pessoa prolifera no cadastro do Auxílio Brasil: Desenho favorece ‘divisão artificial’ dos núcleos familiares. **Valor Econômico**. 19/10/2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/10/19/familia-de-uma-pessoa-prolifera-no-cadastro-do-auxilio-brasil.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

²¹ Em dezembro de 2020, com a pandemia ainda em alta, não havia planejamento algum, por parte do Governo de Bolsonaro, para a substituição do Auxílio Emergencial: “As pessoas ficaram 4 meses sem auxílio nenhum. Quando chegou abril de 2021 o governo retomou os pagamentos com um valor muito mais baixo, teve gente que recebeu R\$150, R\$225” (Jager apud Mesquita, 2022).

HUNTER, W.; POWER, T. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. **Latin American Politics & Society**, v.49, p. 1-30, 2007.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. DE O. DE. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Vol. 15, nº 1, p.31-54, jun. 2009.

MARQUES, R. M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 114–132, jan. 2009.

MESQUITA, C. Uso eleitoral do Auxílio Brasil é tentativa de reverter derrota no 1º turno, dizem economistas. **Brasil de Fato**. 05/10/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/05/uso-eleitoral-do-auxilio-brasil-e-tentativa-de-reverter-derrota-no-1-turno-dizem-economistas>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MOTORYN, P. Bolsonaro usa máquina com pacote bilionário de 9 medidas eleitoreiras no 2º turno. **Brasil de Fato**. 15/10/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/bolsonaro-usa-maquina-com-pacote-bilionario-de-9-medidas-eleitoreiras-no-2-turno>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

216

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: **Cadernos Fórum Nacional**, nº 6. Rio de Janeiro: Instituto de Altos Estudos, p. 15-25, 2007.

PINTO, M., FREITAS, R. Em busca de uma articulação entre Técnicas Projetivas, Análise do Discurso e os estudos do Consumo. **Organ Soc [Internet]**, Vol. 24, n. 80, p. 157-176, jan./mar. 2017.

PRANDO, R. Jair Bolsonaro: 2018-2022 – Discurso, Ação Política e Eleições. (Ensaio). **Revista InterAção**. Eleições brasileiras 2022 Edição Especial. Vol. 13, nº 02, p. 46-56, set. 2022.

RAMOS, P. Alheamento Eleitoral: Reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na Teoria Política contemporânea. **Revista Mediações**, v.14, nº1, p.170-199, jan/jun. 2009.

RICHARDSON, R. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SIMONI JUNIOR, S. Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 27, n. 1, p. 230–260, jan. 2021.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, vol. 14, n° 2, p. 269-301, 2008.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1987.

ZUCCO, C. When Pay Outs Pay Off: Conditional Cash-Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-2010. **American journal of political science**, v. 57, n. 4, p. 810-822, 2013.

Auxilio Brasil's perception between beneficiaries and impact in the 2022 Brazilian presidential elections

ABSTRACT: Created in April 2020, as a response to the crisis caused by the COVID-19 pandemic, the Auxilio Brasil, two months before the first round of the 2022 presidential election, was elevated from R\$400,00 to R\$600,00, apparently with the intention of improving former President Bolsonaro's success at the ballots, especially from the most vulnerable members of the population. With the aim of understanding what kind of impact this benefaction has caused in the populace's opinions, expectations, perceptions and even voting intention, we performed four Discussion Groups with recipient men and women from Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife and Salvador. The results indicate that, despite having much appreciation towards the improved assistance, it was not enough to guarantee support through voting, because many recipients consider such thing a "right" to be maintained, regardless of who won the poll, besides the fact that they didn't see Bolsonaro as someone bonded and committed to the poor.

KEYWORDS: Auxílio Brasil; Presidential Elections; Bolsa Família; Voting Intention; Focus Group.

La percepción de Auxilio Brasil entre los beneficiarios y el impacto en las elecciones presidenciales de 2022

218

RESUMEN: Creado en abril de 2020, como respuesta a la crisis provocada por el COVID-19, el Auxilio Brasil, a dos meses de la primera vuelta de las elecciones presidenciales de 2022, pasó de R\$ 400,00 a R\$ 600,00, al parecer, con el objetivo de mejorar el desempeño del expresidente Bolsonaro en las urnas, especialmente entre la parte más vulnerable de la población. Con el objetivo de comprender los impactos de este beneficio en las opiniones, expectativas, percepciones e incluso intenciones de voto, realizamos cuatro Grupos de Discusión con beneficiarios y beneficiarias en Río de Janeiro, Belo Horizonte, Recife y Salvador. Los resultados indicaron que, a pesar de haber apreciado mucho el beneficio extendido, no fue suficiente para garantizar la adhesión votando porque muchos de los beneficiarios lo consideraron un "derecho" a mantener, independientemente de quién ganara las elecciones, además de no ver a Bolsonaro como alguien con vínculos y compromiso con los más pobres.

PALABRAS CLAVE: Auxilio Brasil; Elecciones Presidenciales; Bolsa Família; Intención de voto; Grupos de Enfoque.